



A POLÍTICA DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA EM ESCOLAS PÚBLICAS: O PROINFO EM INTERPRETAÇÕES DOCENTES

THE POLICY OF COMPUTER LABORATORIES IN PUBLIC SCHOOLS: PROINFO IN TEACHER INTERPRETATIONS

Roberta Mirnas de Oliveira Gomes¹

Emerson Augusto de Medeiros²

Jean Mac Cole Tavares Santos³

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar como os professores concebem o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), enquanto política educacional no contexto da escola pública. Em parâmetros metodológicos, utilizamos da abordagem qualitativa, a medida em que nos aproximamos, em meio à realização de entrevistas com quatro professores, atuando em duas escolas da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte, no referido programa. Como referencial teórico, a pesquisa recorreu aos estudos de Stephen Ball e seus colaboradores (1992; 2011; 2016), que nos permitiram investigar a proposta do PROINFO frente ao ciclo de políticas, sobretudo, observando as múltiplas demandas, discursos, significados, interpretações e atuações no contexto da prática escolar. Avaliamos que os docentes reconhecem a política do PROINFO pelo laboratório de informática. Contudo, a relação dos atores com o PROINFO ocorre em meio à criatividade e à responsabilidade ao depararem-se com uma estrutura fragilizada que desafia as práticas docentes.

Palavras-chave: PROINFO; Escola Pública; Prática Docente.

Abstract: This article aims to analyze how teachers conceive the National Educational Technology Program (PROINFO), as an educational policy in the context of public schools. In methodological parameters, we used a qualitative approach, as we approached, by conducting interviews with four teachers, working in two schools in the state education network of Rio Grande do Norte, in the aforementioned program. As a theoretical reference, the research used the studies of Stephen Ball and his collaborators (1992; 2011; 2016), which allowed us to investigate PROINFO's proposal in relation to the policy cycle, above all, observing the multiple demands, discourses, meanings, interpretations and actions in the context of school practice. We assessed that teachers recognize the PROINFO policy for the computer laboratory. However, the actors' relationship with PROINFO occurs amidst creativity and responsibility when faced with a weakened structure that challenges teaching practices.

Keywords: PROINFO; Public School; Teaching Practice.

¹ Mestra em Ensino, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professora da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte (SEEC/RN), Apodi, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: robertamirnas@gmail.com

² Doutor em Educação, Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino (UFERSA), Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: emerson.medeiros@ufersa.edu.br

³ Doutor em Educação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: maccole@uern.br



1 Introdução

As políticas educacionais são idealizadas e arquitetadas considerando as demandas contextuais que se apresentam no meio social em que as escolas estão inseridas. Em se tratando da imersão das tecnologias digitais em práticas de ensino, desde o século XX, quando as tecnologias da informação e comunicação – TIC são criadas, é observada forte intencionalidade nos discursos e ideários políticos e governamentais de constituir iniciativas que viabilizassem a conectividade das escolas com o cenário tecnológico digital. Santaella (2013) buscou nos alertar sobre o crescimento do território *Web*, a chamada rede de inteligência – Inteligência humana, artificial, pessoal, coletiva e híbrida.

Koo (2011), presumiu algumas tendências, atualmente notórias com a virada da era da internet, como a adesão crescente de todas as faixas etárias e sociais à rede social. Problemas com privacidade e liberdade de expressão se evidenciaram mais latentes. Os dispositivos móveis ganharam ferramentas mais poderosas e sofisticadas. O celular não é apenas um mero aparelho, mas assumiu o papel de conector do sujeito com o mundo (Santaella, 2013).

Nessa tessitura, um conjunto de projetos e programas foi sendo criado e recriado a fim de aproximar a escola do contexto da sociedade conectada em rede. Dentre as iniciativas impulsionadas por tal anseio, apresentamos o objeto do nosso estudo: o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO, que teve sua primeira versão inaugurada em 1997.

Naquele momento, a Portaria nº 522 descreveu a proposta evidenciando como finalidade principal a constituição de ambientes educacionais utilizando artefatos tecnológicos como recurso potencializador no processo educativo. Revisto e ampliado posteriormente, em 12 de dezembro de 2007, por meio do Decreto nº 6.300/2007, o programa passou a ter por foco principal a utilização pedagógica dos recursos tecnológicos na Educação Básica. Levando em consideração esse escopo, um dos objetivos traçados é a imersão dos dispositivos tecnológicos nas escolas, com o intuito de promover a inclusão digital dos seus atores, ou seja, professores, alunos, gestores e comunidade em geral, bem como dinamizar o processo de ensino-aprendizagem em busca de melhorar a qualidade da educação pública do país.

O PROINFO é uma política descentralizada que conta com a participação da União, dos Estados e dos Municípios, reconhecida, até os dias atuais, como a política de tecnologia educacional que levou o maior número de computadores às escolas públicas



do país, beneficiando milhares de professores e alunos residentes em zonas urbanas e perímetros rurais.

Para a análise do PROINFO, cabe um olhar pluralista, por isso nos filiamos a Ball (1992; 2011; 2016) e rejeitamos a ideia de que políticas são implementadas, queremos aqui traduzir a política PROINFO em ação, não esquecendo ou desvalorizando as versões em que ela se apresenta, nem mesmo desconsiderando a sua trajetória, a sua escrita/textos e seus grupos de interesse. Contudo, buscamos perceber como esses textos são representados e encenados, de que modo repercutem no processo de ensino-aprendizagem, o que tem sido possível fazer com o programa precursor dos laboratórios de informática nas escolas. Pelas vozes docentes, buscamos transmitir as traduções e encenações na política educacional PROINFO com aquilo que ela tem oferecido.

O artigo é um recorte de um trabalho dissertativo construído no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PONSENSINO/UERN/UFERSA/IFRN) que trata sobre as contribuições do PROINFO para o processo de ensino-aprendizagem mediante a atuação docente na escola pública. O objetivo central do presente estudo é analisar como os professores concebem o PROINFO, enquanto política no contexto da escola pública, evidenciando as percepções sobre a estrutura institucional e organizacional dessa proposta.

A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas da rede estadual de ensino, ambas localizadas no município de Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. A escolha pela Escola Net e Escola Web⁴ parte de apontamentos e sugestões apresentadas pela 13ª DIREC (Diretoria Regional de Educação e Cultura), quando o coordenador do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) nos forneceu informações sobre o desenvolvimento do PROINFO no âmbito das escolas beneficiadas no município.

De acordo com o coordenador do NTE, as duas escolas sugeridas para o desenvolvimento da pesquisa são consideradas referências no que diz respeito ao envolvimento com as ações do programa. A considerável adesão do corpo docente à proposta do PROINFO tem possibilitado às escolas desenvolverem diferentes práticas de ensino, além de incentivarem os alunos a utilizarem das tecnologias digitais para o compartilhamento e socialização de aprendizagens via *blogs*, canais no *YouTube*, aplicativos e *softwares* educativos.

⁴ Prezando pelo sigilo quanto à identidade das escolas onde a pesquisa foi realizada, as nomeamos ficticiamente de Escola *Net* e de Escola *Web*.



Para o desenvolvimento deste estudo, tecemos também análises dos documentos oficiais do programa a fim de compreender sua conjuntura em diálogo com os significados atribuídos por sujeitos em espaços de atuação, em que saberes e fazeres são produzidos na prática docente. Nesse sentido, nas escolhas do percurso metodológico, buscamos abordar o objeto atentando-nos a aspectos contextuais (escolas, salas de aulas, laboratórios de informática), bem como a posição dos atores políticos em tais contextos como “[...] o sujeito no centro do significado como um ator interpretativo [...]” (Ball, 2016, p. 6).

Buscando perceber como os professores veem o PROINFO, ouvimos, a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, quatro professores⁵ que atuando em duas escolas distintas pertencentes à rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte, traduzem, interpretam e recriam o programa conforme convicções, condições laborais e interesses que lhes são inerentes.

Os professores entrevistados foram selecionados considerando suas aproximações com os artefatos tecnológicos, sobretudo, pelos usos em suas aulas do laboratório de informática de sua escola junto com os estudantes, bem como pela participação em cursos de formação ofertados para atuar com o programa e/ou imersão de tecnologias digitais na educação.

O eixo discursivo norteador das entrevistas foi: “a proposta do PROINFO como política de inserção das tecnologias digitais no contexto escolar”. Por esse enfoque, ensejamos saber dos professores como eles pensam a engenharia da política do PROINFO diante de elementos como sua infraestrutura, suporte fornecido às escolas, manutenção dos computadores e cursos de formação ofertados.

Cabe informar que a pesquisa ocorreu em meio ao cenário da pandemia causada pela COVID-19, em que as atividades presenciais escolares foram suspensas e o ensino remoto passou a ser, naquele período, um novo formato em que fomos nos adaptando. Por esse motivo, o contato, o convite e as entrevistas com os participantes da pesquisa foram realizados remotamente entre os meses de agosto e outubro do ano de 2020. O

⁵ Mantendo o anonimato e a ética na pesquisa, nomeamos ficticiamente os professores entrevistados de professor *Fn*, professor *Tab*, professor *Esc* e professor *Enter*. Os professores *Fn* e *Tab* são vinculados à Escola *Net*, enquanto os professores *Esc* e *Enter* atuam na Escola *Web*. Notificamos que para a realização da pesquisa, tivemos a autorização formal e documentada das escolas e dos professores, participantes do estudo, por meio da assinatura de Termo de Consentimento Livre Esclarecido e de Carta de Autorização das Escolas.



aplicativo *Zoom* foi utilizado nas videochamadas, as quais foram gravadas em som e imagem para posteriormente serem transcritas e analisadas.

Apresentada a introdução, organizamos o texto em dois momentos. As leituras do PROINFO surgem inicialmente com a ideia de conhecermos a proposta em sua essência, porém, compactuando com a ideia de políticas como discurso e não reduzidas a textos, as leituras entrelaçadas ao ciclo contínuo de políticas de Ball e colaboradores são caminhos que nos revelam, possivelmente, a sua construção em diferentes contextos, como o contexto da influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática escolar.

A segunda seção é alicerçada nos discursos dos docentes sobre a política do PROINFO em atuação no contexto da prática escolar. Para isso, convidamos os depoentes a tecerem sobre as considerações acerca da estrutura e funcionamento do programa. Nesse processo analítico, discutimos o PROINFO envolvido em um conjunto complexo de interpretações e traduções nas duas escolas, considerando os usos dos artefatos tecnológicos ofertados. Nos permitimos perceber os sentidos atribuídos ao PROINFO em meio a múltiplas interpretações e atuações incoercíveis de docentes que não são meros implementadores ou espectadores de políticas, mas, sim, atores.

Ao fim, quando tecidas as considerações finais, realizamos uma breve síntese dos aspectos encontrados ao longo deste estudo, no que diz respeito às concepções e interpretações docentes sobre a política educacional na imersão dos computadores no espaço escolar: o PROINFO.

2 O PROINFO como construção política: uma leitura em diferentes contextos

Temos superado, cada vez mais, a ideia limitante de se conceber um texto político, como as legislações, as diretrizes curriculares, os parâmetros curriculares, para citar alguns, como único mecanismo para se compreender o significado e a essência de políticas educacionais. Tal interpretação sucumbe a análise densa de políticas, desconsiderando seus contextos e, conseqüentemente, tornando a política em ação marginalizada. Para a leitura do Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO⁶, nos aproximamos de Ball e colaboradores (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball; Bowe, 1992; Ball, 1994), pois compactuamos que o discurso político circula por diversos contextos e sujeitos. Ou seja, o ciclo de políticas (*policy cycle approach*) é uma alternativa

⁶ Esclarecemos, neste momento, que o PROINFO, concebido como um programa, é também uma política educacional direcionada pelo Estado às escolas públicas do Brasil.



interessante para se compreender as nuances em que esse programa se apresenta desde o seu discurso até a sua atuação na escola.

O ciclo de políticas é representado, inicialmente, por Stephen Ball e Richard Bowe (1992) como possibilidade de leitura do processo político abarcando as intenções e disputas que lhes são inerentes. Em outro momento, de modo mais refinado, no livro *Reforming education and changing schools*, publicado em 1992, Bowe e Ball (1992), nos mostram a imprecisão na análise que separa as fases de formulação e atuação da política.

Nesse sentido, os autores consideram que os profissionais que atuam nas escolas, dentre eles, os professores, não são excluídos do processo de formular e implementar políticas. Com isso, tal ciclo constitui-se por três contextos principais, quais sejam: o contexto da influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Cada um, apesar de características diferentes, está inter-relacionado com outro(s), sem grau de maior e/ou menor importância, sem temporalidade e sequência para se apresentar, mas contribuindo para a construção do entendimento sobre políticas educacionais.

O contexto de influência é a iniciação para se formular uma política. Aqui, estão presentes diversas disputas e embates dos envolvidos a fim de defender os seus discursos e concepções e torná-los legítimos na construção da engenharia política. No que diz respeito ao PROINFO, essa leitura pode ser feita a partir da sua historicidade, considerando a existência de outras políticas anteriores que propuseram a inserção de tecnologias digitais na educação, a exemplo, citamos o projeto EDUCOM – Educação e Computador (1983)⁷ e o Programa Nacional de Informática Educativa – PRONINFE (1989), que apresentavam como proposta o desenvolvimento da informática educativa no Brasil. Com essa sequência de iniciativas, subsidiada por instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a informática foi inserida na educação (Estevão; Passos, 2015).

Nesse cenário, o conjunto de ações desenvolvidas nas políticas anteriores ao PROINFO integra, também, o seu contexto da influência, pois a confluência de ideias e debates em várias arenas de poder foram se delineando e estruturando os programas

⁷ Apresentado em 1983, trata-se, de acordo com Tavares (2001), da primeira iniciativa pública a tratar sobre informática educacional no Brasil e tinha como premissa a implantação de centros-piloto em universidades públicas, observando os estudos em uso de informática educacional, a capacitação de recursos humanos e a criação de políticas voltadas para esse segmento.



precursores, os quais não se distanciaram daquilo proposto pelo PROINFO, gerando sensação de continuidade de propostas.

O contexto da produção de texto é retratado como a representação da política, “essas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos, etc.” (Bowe; Ball; Gold, 1992, p. 21). São textos abertos e passíveis de incoerências, nem sempre nos dizem o que se precisa fazer. A nível desse contexto, a leitura do PROINFO pode ser feita a partir dos seus textos oficiais que o institucionalizaram e apresentaram a sua engenharia, como a Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997, que apresentou a proposta inicial do programa com a finalidade de constituir ambientes educacionais, utilizando artefatos tecnológicos como recurso potencializador no processo educativo. Vejamos:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Informática na Educação – Proinfo, com a finalidade de disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal (Brasil, 1997 s/p).

Além disso, o Decreto nº 6.300/2007, que atualizou e ampliou o PROINFO com foco, principalmente, na utilização pedagógica dos recursos tecnológicos na Educação Básica também faz parte de textos que traduzem e institucionalizam a política.

Observamos que a política do PROINFO foi formulada para ser atuada em escolas públicas. Esse pode ser compreendido como o contexto da prática do programa, uma vez que é o momento em que a política é colocada em ação por sujeitos que farão diferentes leituras dessa proposta. Com isso, a política acaba sendo encenada a partir de interpretações dos seus atores, que nesse caso são os próprios professores. Portanto, o contexto da prática é compreendido como “um espaço de ‘produção’ de soluções e alternativas para tentar fazer algo com a política proposta”. Em outras palavras, “[...] esses textos não podem ser simplesmente implementados. Eles têm de ser traduzidos a partir do texto para a ação – colocados em prática –, em relação à história e ao contexto, com os recursos disponíveis” (Mainardes, 2018, p. 8).

Desse modo, os atores não são implementadores e/ou atendentes de demandas curriculares como explicita o autor, tendo em vista sua posição no mundo, seus pertencimentos e ideologias que carregam consigo. É assim que os docentes atuam em políticas de currículo, de forma criativa e particular.



Esclarecendo como se constitui a atuação docente na política, Ball, em entrevista concedida a Marina Avelar, publicada em *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, explicita dois momentos no processo de atuação de políticas:

Uma é a interpretação e a outra é a tradução, e as separamos heurísticamente. Interpretação é o processo de interpretar a política: é perguntar ‘o que essa política espera de nós?’, ‘o que ela está exigindo que nós façamos, se é que ela exige algo?’ [...]. E ela é geralmente realizada por atores com cargos de autoridade – diretores, inspetores, coordenadores – eles preveem significados e também peneiram detritos da política. E tradução é a série de vários processos multifacetados que são postos em prática para transformar estas expectativas em um conjunto de práticas. E elas podem envolver coisas como um treinamento no ambiente de trabalho, a formação continuada profissional, encontros, elaboração de documentos internos, departamentos trabalhando juntos para produzir um plano curricular, ou avaliar procedimentos. Todos os tipos de atividades, todos os tipos de práticas, que pegam aquelas expectativas e as transformam em algo que seja trabalhável, factível e atingível (Ball, 2016, p. 4).

A interpretação é a leitura inicial do texto político pelos sujeitos, é onde a política é significada para ser traduzida e atuada sob perspectivas diversificadas. Já a tradução tem a ver com “um processo interativo de fazer textos institucionais e colocar esses textos em ação, literalmente ‘atuar’ sobre a política” (Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 69). Nesse entendimento, a tradução de políticas se revelará no currículo da própria escola, a medida em que decisões e ações desdobram-se no processo educativo.

A teoria da política em ação, atuação na política, descrita por Ball, Maguire e Braun (2016), reconhece os atores como interpretadores criativos nesse movimento de traduzir o texto político para a prática, de transformar recomendações e orientações presentes nas palavras para ações em sala de aula, ou seja, em currículo. Sendo assim, o texto, seja ele de uma política, do projeto político pedagógico da escola, por exemplo, não é um roteiro a ser lido e atuado com supremacia, mas deve ser entendido como espaço aberto a reescritas e apropriações nem sempre alinhadas, mas dialogadas com demandas do próprio contexto e com posturas dos sujeitos.

3 Processos de interpretação e tradução da política do PROINFO pelos docentes

Como observado, a atuação docente na política é potencializada por demandas de interesses e interpretações deflagradas no contexto escolar, isso significa que as tecnologias oferecidas pelo PROINFO não podem ser reduzidas a um fator técnico, mas, sim, como fator político, percebido pela forma em que são ofertadas, empregadas e produzidas as políticas educacionais (Bonilla, 2002).



Nesse sentido, tencionando perceber a materialidade da proposta do PROINFO enquanto política de inserção das tecnologias digitais na escola, provocamos, em meio às entrevistas semiestruturadas, os quatro professores, participantes da pesquisa, a relatarem suas impressões e concepções quanto ao formato da política e sua encenação no contexto da prática escolar, pois concordamos com Ball (2016, p. 22) que “os elaboradores de políticas não costumam levar em conta a complexidade dos ambientes de atuação da política institucional”. Por isso, a compreensão contextual do PROINFO se faz necessária. Assim, serão clarificadas através da dinâmica de cada escola, as interpretações, recontextualizações e atuações sobre esses textos legais.

O professor *Fn* possui graduação em Engenharia Civil e especialização em Engenharia de Instalações Prediais e possui experiência como docente no Ensino Superior e há um ano e meio lecionava disciplinas no curso Técnico em Edificações⁸ na Escola *Net*. O professor *Tab* possui graduação em Engenharia Civil e especialização em Estrutura de Concreto Armado. Há um ano e meio ministrava aulas de disciplinas do curso Técnico em Edificações na Escola *Net*. Já o professor *Esc* possui formação no curso de Tecnólogo em Desenvolvimento de Sistemas para *Web*. Há dois anos lecionava disciplinas no Curso Técnico de Informática⁹ na Escola *Web*. Por fim, o professor *Enter* possui licenciatura em Letras Língua Portuguesa e especialização em Educação e Contemporaneidade. Ministrava aulas na disciplina de língua portuguesa no Ensino Médio há cinco anos.

Quando questionados sobre as suas principais impressões sobre a proposta do PROINFO, logo, os docentes revelam um certo desconhecimento quanto ao programa, embora estejam colocando a política do PROINFO em ação no contexto da prática. Assim, enunciam os professores *Tab* e *Enter*:

Eu não tenho como avaliar esse programa, pois nunca me foi apresentado e nem sabia que existia. Eu só sabia que a escola tinha recebido um pregão de computadores de um programa. Faço uso do laboratório de informática, mas desconhecia que era do PROINFO (Professor *Tab*, Apodi – RN, 2020).

Não conheço. Primeiro contato foi através da sua pesquisa. Agora, eu reconheço o discurso de se trabalhar a informática e o laboratório (Professor *Enter*, Apodi – RN, 2020).

⁸ O curso faz parte do Programa Brasil Profissionalizante e Ensino Médio Integrado e é voltado para alunos que estão ingressando na 1ª série do Ensino Médio. Com duração total de três anos, o principal objetivo é proporcionar formação de profissionais na área de construção civil.

⁹ O curso técnico de nível médio em informática, na forma articulada integrada ao Ensino Médio em tempo integral, possui carga horária total de 4.200 horas, com duração de três anos, sendo a carga horária anual de 1.400 horas e a semanal de 35 horas aulas. Voltado a estudantes que estão ingressando na 1ª série do Ensino Médio, o objetivo principal é a formação profissional técnica na área de informática.



Esse cenário demonstra que os docentes acessam os artefatos da política, porém, não apresentam conhecimento suficiente sobre as finalidades, dimensões e diretrizes encontradas na política do PROINFO escrita. O fato de haver um certo distanciamento das escolas com o documento oficial, nos induz a pensarmos que a política acaba sendo atuada mesmo sem o reconhecimento dos discursos de seus elaboradores. Ball, Maguire e Braun (2016, p. 14), observam que “as políticas não são simplesmente ideacionais ou ideológicas, elas também são muito materiais”. As atuações na política não são restritas ou dependentes daquilo que é definido nos seus documentos. Desse modo, fica evidente nas falas dos depoentes que o PROINFO é entendido como materiais da própria política, ou seja, por meio dos recursos ofertados e utilizados pelas escolas.

É interessante frisar que essa constatação coincide com estudos de Vieira (2017) e Rodrigues (2017), quando inferem que o PROINFO ainda não se constitui como uma política bem disseminada entre os professores. A falta de conhecimento sobre o programa é uma realidade que tem interferido no seu andamento. Para Vieira (2017), o fato de os professores estarem alheios a que veio o PROINFO tem tornado o processo de inclusão digital moroso no contexto de seu estudo.

Ainda sobre essa mesma questão, o professor *Fn* argumenta:

Este programa é fundamental, pois já estamos no contexto da indústria 4.0, ou seja, já estamos além da internet. É relevante demais para os nossos alunos estarem conectados nesse mundo digital que é atualizado o tempo todo e com isso, as demandas só aumentam. Precisamos prepará-los para uma realidade que é muito exigente e o laboratório pode ajudar nisso (Professor *Fn*, Apodi – RN, 2020).

O professor *Fn* reconhece o sentido do PROINFO e a partir disso expressa suas interpretações sobre o programa, as quais estão intimamente ligadas àquilo que é proposto em seus textos normativos. Observamos que assim como foi manifestado pelos professores *Tab* e *Enter*, para este sujeito, o PROINFO é o laboratório de informática. Ainda que o discurso se aproxime do que o programa propõe, a fala generalista não nos revela conhecimento do professor sobre a política do programa escrita.

Chama atenção o fato de que a política tem acontecido nas escolas, independentemente de uma dura implantação. Lopes (2004, p. 111), nos alerta que “políticas curriculares não se resumem apenas aos documentos escritos, mas incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplos sujeitos no corpo social da educação”. Tal fato ocorre porque atuar sobre as políticas não significa apropriar-se com exatidão dos seus textos legais para executá-los com rigor.



No que diz respeito a acompanhar a evolução das tecnologias na sociedade contemporânea, o professor *Fn* pontua como agenda social e ainda atribui ao PROINFO a possibilidade de promover a formação de alunos preparados para lidarem com as demandas advindas deste cenário. Superando tal compreensão, Kenski (2007) sinaliza que a evolução tecnológica não se resume apenas aos novos artefatos tecnológicos, mais do que isso, ela potencializa a mudança de comportamentos de todo um grupo.

Esse sentido atribuído às tecnologias nos afasta de concepções esvaziadas sobre as TIC como ferramentas, máquinas e instrumentos a serem empregados nas atividades humanas. Muito mais do que isso, as tecnologias influem na dinâmica social, modificando comportamentos e pensamentos de um grupo. O computador é um exemplo disso, pois as suas potencialidades inerentes transformaram as formas de comunicação, redefiniram o modo de construirmos conhecimentos e informações e até mesmo inauguraram novos padrões de produção e consumo. Contudo, constatamos nos discursos dos professores, participantes deste estudo, forte atrelamento das tecnologias digitais ao uso técnico e instrumental tangível.

Partindo para outra questão, interrogamos os depoentes sobre a organização do programa no contexto escolar, os professores mencionaram alguns aspectos merecedores de destaque. Observemos:

Não recebi nenhuma visita técnica para verificar o estado dos equipamentos, como está o acesso dos alunos ao laboratório, se está precisando de uma nova adequação de equipamentos. Para o curso que a escola oferece, que é o curso de formação técnica em edificações, é necessário ter equipamentos de ponta para poder rodar os programas (Professor *Tab*, Apodi – RN, 2020).

A organização torna-se uma bagunça, pois não tem uma pessoa técnica para ser responsável. Feliz a escola que tem pelo menos uma pessoa para ligar e desligar o computador e auxiliar nisso. Em muitos casos, nós professores que pagamos a internet. A gente coloca a internet para fazer o mínimo, uma chamada, essas coisas (Professor *Enter*, Apodi – RN, 2020).

Os discursos dos professores evidenciam que tanto na Escola *Net* quanto na Escola *Web* existe uma precariedade quanto à organização do programa. A principal queixa do professor *Tab* destina-se à carência de acompanhamento, assistência e avaliação do andamento dessa política. Desse modo, podemos perceber que as avaliações das condições do laboratório de informática, a atualização dos recursos disponíveis e o acompanhamento do desenrolar do PROINFO são inexistentes no contexto da Escola *Net* como ressaltou o professor *Tab*.

Já o professor *Enter* observou que a política se encontra em desordem e atrela tal fato à ausência de um profissional qualificado para fornecer assistência técnica para



condução do PROINFO na escola. Além disso, o docente cita o acesso à rede de internet como fator limitante para colocar a política em ação. Para ter esse acesso, os professores têm custeado a fim de realizarem atividades do cotidiano escolar.

Quando incitado a relatar suas impressões sobre a organização do PROINFO, o professor *Fn* nos disse:

Para introduzir esse programa lá, percebo muito organizado, pois esse programa é tecnologia. Então estamos falando de tecnologia na escola. Por mais que tenham as limitações, a gente tem acesso a datashow, os computadores, os professores têm acesso à rede de internet para fazer pesquisa, não para todos os alunos, mas temos internet (Professor *Fn*, Apodi – RN, 2020).

Vale relembrar que os professores *Fn* e *Tab* lecionam na mesma escola, porém, existe uma discrepância de interpretações quanto à organização da política. Para esse depoente (*Fn*), o acesso aos recursos digitais é um ponto que fortalece a presença do PROINFO na escola. Com essa percepção da realidade, os professores desenvolvem a política. Ball, Maguire e Braun (2016, p. 64), analisam: “escolas encenam políticas em circunstâncias nem sempre de sua própria escolha; políticas, literalmente, percorrem diferentes espaços”. Como visto, mesmo se deparando com aquilo que os docentes nomeiam de limitações e desorganização, estes assumem seus papéis nessa política com ética, criatividade e responsabilidade.

Considerando que as pretensões do PROINFO se voltam à disponibilidade de artefatos e conteúdos digitais educacionais, formação de professores e implementação de estrutura de TIC nas escolas (Bielschowsky, 2009), o Programa Banda Larga nas Escolas foi lançado em 04 de abril de 2008 para atender as premissas do PROINFO, ele apresenta como finalidade “conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no país” (*homepage* do MEC).

O serviço de internet deve ser ofertado sem ônus às instituições escolares até o ano de 2025 e para serem beneficiadas não é preciso inscrição ou adesão, tendo em vista que todas as escolas são contempladas a partir do Censo do INEP. A conexão da internet deve ser disponibilizada no laboratório de informática, caso a escola possua. De acordo com a *homepage* do MEC, a conexão do Programa Banda Larga nas escolas é prioritária para atividades pedagógicas, podendo ser utilizada em atividades administrativas desde que não interfira no uso dos alunos.

Mesmo com tal garantia, ficaram evidentes nas falas dos professores entraves cotidianamente enfrentados quando se trata do acesso à internet no contexto das duas



escolas. Frente a isso, os docentes, intencionados em amenizar os efeitos de tal problemática, têm tomado para si compromissos que não lhes pertencem como arcar com custos para fornecimento de internet para desenvolver atividades na/para a escola como mencionado pelo professor *Enter*.

Atentos à realidade relatada pelos docentes a respeito da conexão à internet, entramos em contato com a gestão de ambas as escolas pesquisadas a fim de procurar saber se o Programa Banda Larga nas Escolas beneficiou as instituições. Os gestores afirmaram que sim, porém, a velocidade e a instabilidade da conexão fornecida pelo programa dificultam o acesso da comunidade escolar. Por esse motivo, as escolas contratam serviços de internet particular de empresas da cidade. Quanto ao custeio, são utilizados recursos de outros programas governamentais como o Programa de Inovação Educação Conectada¹⁰.

Outro questionamento levantado aos professores foi a respeito da infraestrutura e manutenção dos laboratórios de informática do PROINFO. Eles especificaram:

A escola tem uma sala perfeita para o laboratório de informática, mas as instalações elétricas não são adequadas, não temos um sistema de rede que possa ligar os computadores, as máquinas são ultrapassadas. Dos 12 computadores que estão no laboratório, apenas seis funcionam. Quanto à manutenção, quem faz são os professores que têm mais conhecimento de informática. Já tentei consertar algumas máquinas, trocá-las, mas, infelizmente, não temos as instalações adequadas e o suporte técnico. Nós não temos ajuda financeira externa (Professor *Tab*, Apodi – RN, 2020).

O laboratório é precário e atrasado. São 20 computadores instalados, mas nem todos funcionam. Há problemas na rede elétrica da escola, em um laboratório no final do ano pegou fogo no quadro de energia. A sala possui ar-condicionado. Quando um computador quebra, quem abraçar a causa ajeita. Consegui consertar alguns, mesmo não sendo minha responsabilidade, mas abracei a causa (Professor *Esc*, Apodi, RN, 2020).

Partindo de tais relatos é possível ter uma dimensão acerca das condições do funcionamento do PROINFO em ambas as escolas pesquisadas. Os docentes pontuam inconsistências dessa política que repercutem de forma contundente nas suas atuações e ressignificações da proposta. Quando nos aproximamos do contexto da prática do PROINFO, fica ainda mais evidente que “os textos de políticas são tipicamente escritos em relação a melhor de todas as escolas possíveis, escolas que só existem na imaginação

¹⁰ O decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, instituiu o Programa de Inovação Educação Conectada. Conforme o art. 1º, fica instituído o Programa de Inovação Educação Conectada, em consonância com a estratégia 7.15 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica (Brasil, 2017).



febril de políticos, funcionários públicos e conselheiros e em relação a contextos fantásticos” (Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 14).

O conjunto de entraves elucidado nas falas, nos causa a sensação de que aspectos relevantes foram desconsiderados ao implementar a política nas escolas, a exemplo das instalações elétricas. Destacamos que uma das etapas para a adesão ao PROINFO volta-se ao provimento de informações relativas ao local onde o laboratório será instalado que, comprovadamente, deve atender a critérios como: exigências mínimas da rede elétrica: fornecimento de energia elétrica de 110V ou 220V, com capacidade de pelo menos 10KVA; e quadro de distribuição de energia elétrica exclusivo para os equipamentos de informática (Brasil, 2011, p. 4-6).

Reiteramos que tão logo o PROINFO foi estruturado, conforme as “Diretrizes do Proinfo” (Brasil, 1997, p. 05), o MEC buscou garantir a otimização dos recursos públicos e dentre suas diretrizes estratégicas estavam: “promover o desenvolvimento de infraestrutura de suporte técnico de informática no sistema de ensino público”. No entanto, até os dias atuais, as escolas ainda se deparam com a ausência de suporte técnico como afirmam os professores depoentes. Observamos também que os professores têm atuado no PROINFO para resolver contratempos da própria política. Dessa vez, no conserto dos computadores como afirmam os dois professores.

A próxima indagação foi sobre a existência de suporte e acompanhamento oferecido às escolas por parte da secretaria de educação por meio do NTE (Núcleo de Tecnologia Educacional). Antecipamos que todos os docentes revelaram desconhecimento desse órgão, que na prática possui como atribuição coordenar o PROINFO e a inserção das TIC nas escolas. Assim foi relatado:

Não existe. A única vez que veio alguém à escola com interesse no laboratório foi para fazer o levantamento de quantas máquinas estavam precisando. Sobre a infraestrutura não foi me falado. Em relação a técnico da secretaria de educação, não tem (Professor *Tab*, Apodi – RN, 2020).

Examinando documentos locais, como a Portaria nº 314/2016, a qual normatizou as atividades dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) que compõem a Rede de Formação Continuada a Distância da SEEC/RN, em seu art. 5º, compreendem ações específicas dos NTE localizados nas jurisdições das 16 Diretorias Regionais de Educação – DIREC e/ou escolas da rede estadual de ensino do RN:

- a) Sensibilizar e motivar dirigentes e professores das escolas da rede estadual de ensino no sentido de incorporarem as TIC no processo de ensino-aprendizagem.
- b) Apoiar o processo de planejamento e gestão de uso das tecnologias nas DIREC e escolas.



- c) Auxiliar as escolas na resolução de problemas técnicos decorrentes do uso dos laboratórios de informática do Proinfo, bem como de outras tecnologias distribuídas por este referido Programa nas escolas (projektor interativo, lousa digital, tablets, entre outros).
- d) Realizar visitas às escolas para acompanhamento de gestão das TIC no processo ensino-aprendizagem.

Ainda de acordo com a portaria nº 314/2016, as escolas pertencentes à rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte dispõem de 17 NTE, os quais contam com professores-formadores e técnicos em informática para oferecerem suporte quando necessário. O documento informa que em 2016, na 13ª DIREC (instância responsável pelas duas escolas que participaram da pesquisa), totalizavam três profissionais vinculados ao órgão, sendo dois professores-formadores e um técnico.

Rememoramos que chegamos às escolas pesquisadas por meio do coordenador do NTE do município, o qual nos atendeu e forneceu informações sobre as escolas que foram beneficiadas pelo programa. Todavia, o referido profissional renunciou à função e passou a desenvolver suas atividades em outra instância. Atualmente, estão vinculadas ao NTE da 13ª DIREC duas profissionais, sendo uma com formação em Pedagogia e outra em Ciências Biológicas, porém, a primeira encontrava-se afastada de suas funções no momento em que realizamos a pesquisa. A segunda assumiu a função recentemente e nos informou que o seu papel diz respeito a coordenar pedagogicamente o núcleo, ela ainda confirmou a inexistência de um profissional técnico que possa fornecer suporte às escolas.

Embora existam garantias em documentos, a nível federal e estadual, o que podemos perceber é uma dicotomia entre o dito e o feito nessa política. Analisando as ações que deveriam ser desenvolvidas pelo NTE e o discurso do professor *Tab*, depreendemos que a principal iniciativa realizada no laboratório da Escola *Net* destinou-se a uma visita para averiguar a quantidade de computadores. Ainda a respeito do NTE, o professor *Enter* admite:

Acredito que no papel exista, mas eu nunca vi. Trabalho há vários anos em escolas do Estado e nunca presenciei nenhuma ação desse órgão (Professor *Enter*, Apodi – RN, 2020).

Essa fala reforça que a atuação da política do PROINFO tem ocorrido independentemente de acompanhamento, suporte e avaliação que deveriam ser assegurados pelo NTE. Ball, Maguire e Braun (2016, p. 74) nos alertam que “a distância entre os textos de política originais e a prática pode ser significativa”. Isso presume a possibilidade de ocorrer afastamento entre o que a política propõe nos documentos oficiais e a sua concretude na prática, que podem ser interpretadas e traduzidas pelos



atores políticos de diversas formas como falhas, negligências e objeções da própria política.

Complementando essa discussão, questionamos os professores sobre a avaliação do andamento do PROINFO nas escolas. Nesse momento, os docentes afirmaram não terem participado ou respondido qualquer tipo de relatório, questionário ou discussões formais e informais direcionadas ao programa. Frente a esse cenário, buscamos saber a respeito da oferta de cursos de formação para atuarem no programa no contexto da prática. Assim, afirmou o professor *Esc*:

Quando eu entrei, tinha um curso em Natal, mas eu não tive como ir, pois, a secretaria não ofertou nenhum carro. Esse curso não era específico do PROINFO, era um curso de formação sobre tecnologia, como conduzir os alunos sobre as tecnologias (Professor *Esc*, Apodi – RN, 2020).

Esse discurso aproxima-se, também, das falas dos demais professores que afirmam não terem tido oportunidade de realizar cursos de formação voltados ao PROINFO. Conforme a fala do professor *Esc*, existe a oferta de cursos para o uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, porém, não há incentivos para participações. Sabemos que o PROINFO possui como fundamento básico a formação dos professores, visando atingir esse princípio outra política foi criada, qual seja: o PROINFO Integrado. Diante desse fato, insistimos nessa pergunta e procuramos entender como os professores consideram que os cursos de formação poderiam auxiliar a sua prática docente. Outra vez, observemos:

Uma vez que fosse disponibilizado, me ajudaria em alguma falha técnica que tenha na minha aula. A minha formação serve para resolver problema no projeto, em desenho técnico, mas não na máquina em si. O meu trabalho já é para dar a aula com a máquina pronta com o programa instalado. A formação me deixaria mais seguro para resolver imprevistos (Professor *Fn*, Apodi – RN, 2020).

Se eu tivesse feito algum curso ajudaria na minha prática, a desenvolver melhor o plano de aula, a ler o cenário sobre as falas do aluno e trazer para a prática. Esses cursos, se tivessem disponíveis, iriam me auxiliar na prática e no desenvolvimento dela, e desenvolver planos b, c. Nosso trabalho ainda é muito intuitivo, é uma aula que você assistiu e deu certo. Eu acho que se for assim, vai dar certo, não! É errado ir desse jeito, mas demora (Professor *Enter*, Apodi – RN, 2020).

Partindo de tais perspectivas, apreendemos os sentidos e as interpretações dos professores quanto à oferta de cursos pelo PROINFO. Enquanto o professor *Fn* entende que a formação lhe forneceria conhecimentos técnicos direcionados à informática, o professor *Enter* dá ênfase a uma formação voltada ao desenvolvimento de sua prática pedagógica. Para isso, os cursos auxiliariam na leitura do contexto de seus alunos e no planejamento das suas aulas no laboratório de informática. Ao tratar sobre alguns



problemas recorrentes que incidem no fracasso do uso das TIC mais atuais na educação, Kenski (2007) nos mostra que o primeiro deles se volta à falta de conhecimento dos professores para o uso pedagógico das tecnologias, sejam elas velhas ou novas:

Na verdade, os professores não são formados para o uso pedagógico das tecnologias, sobretudo as TICS. Nesse caso, igualam-se aquele professor que fica lendo para a turma sonolenta o assunto da aula; o que apresenta uma série interminável de *slides* e apresentação em *power point*; o que coloca o vídeo que ocupa o tempo todo da aula; ou o professor que usa a internet como se fosse apenas uma grade de banco de dados, para que alunos façam ‘pesquisa’ (Kenski, 2007, p. 57).

Além dessa problemática, a autora retrata que as demandas do trabalho docente, como a escassez de tempo e a sobrecarga de trabalho, implicam na sua desmotivação para a busca de formação continuada. Beloni (2003) contribui com a discussão citando que mesmo quando os cursos de formação são oferecidos, eles se distanciam das práticas pedagógicas dos professores e de suas condições de trabalho.

Outro fator limitador, diz respeito a não adequação das tecnologias aos conteúdos que vão ser ensinados e aos propósitos do ensino. É nesse instante que Kenski (2007), discute que as tecnologias são oferecidas por meio de programas como solução para resolver problemas educacionais por meio de estratégias econômica e política de empresas e escolas que, isoladas, não conseguirão solucionar os problemas educacionais existentes. A autora cita a pesquisa de Beloni (2003) sobre o programa TV escola, em que no contexto pesquisado são encontrados problemas de ordem técnica, além de problemas na instalação, manuseio e manutenção dos equipamentos nas escolas. Tais achados, aproximam-se daqueles que encontramos a respeito do PROINFO nas duas escolas estudadas.

Retomando as falas dos docentes, chama atenção o fato deles ressaltarem a necessidade de estarem preparados para lidarem com diversas situações, ou seja, em “resolver imprevistos” e “desenvolver planos b e c” diante do PROINFO. Tais posturas não representam improvisos dos professores, mas um compromisso ético, político e social com a escola, com seus alunos e com o PROINFO.

Apesar da carência de formação, os professores não deixam de atuar sobre a política. No caso do professor *Enter*, seu trabalho é permeado por momentos de deduções, tentativas e reflexões sobre a prática. A respeito disso, Freire (1999) destaca a prática docente crítica envolvida pelo movimento constante entre pensar sobre o fazer: “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima



prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática” (Freire, 1999, p. 43-44).

O exercício de avaliar e revisar a própria prática docente, permite superar um trabalho o qual o professor *Enter* chama de intuitivo, ou seja, baseado em um saber espontâneo, produzido pelas experiências. Em meio a isso, Freire (1999) retrata a ação-reflexão-ação como *práxis* que modifica a prática e o comportamento em relação a essa prática. Sendo assim, tudo se inicia com a prática, em seguida há uma reflexão sobre a prática e a transformação desta a partir da reflexão. Esse movimento faz parte da formação permanente do professor.

Ao discutir sobre a formação docente para atuar especificamente na política do PROINFO, Castro (2011) admite que enquanto proposta do próprio programa, a apropriação do conhecimento das TIC no ambiente escolar é necessária em um formato em que se abram espaços para que professores possam apreender, interpretar, criar e posicionar-se frente a uma determinada política educacional.

Formar os professores para inserir as TIC em processos educativos precisa ser um pilar para qualquer política voltada a este propósito, uma formação implicada que vise estimular os professores à participação comprometida com o desenvolvimento de competências dos seus alunos praticantes na/da cultura digital.

Nesse viés, procuramos saber dos professores os fatores que têm dificultado e/ou facilitado a integração das tecnologias digitais oferecidas pelo PROINFO em suas práticas pedagógicas. Eles depuseram:

É mais a questão dos recursos. Às vezes, a gente aplica a teoria, mas como a gente vai praticar? Se torna obsoleto, uma coisa esquecida. Eu dei uma aula no Word no quadro, porque eu não tenho o Word em uma máquina. Desse jeito o aluno não se concentra na teoria. É totalmente diferente ter uma máquina na sua mão e você dizer que ele deve fazer. Não tem como facilitar, porque esses computadores não atendem as demandas da minha prática (Professor *Tab*, Apodi – RN, 2020).

A internet facilita, é como água e luz. Enquanto dois alunos por computador é uma covardia pelo que o programa se propõe a fazer. É a mesma coisa que dividir um caderno para dois alunos. Não faz sentido. Isso dificulta a aprendizagem (Professor *Esc*, Apodi – RN, 2020).

Com base nos discursos dos professores, fica evidente que eles têm sentido bruscamente os efeitos das inconsistências da política do PROINFO. Para o primeiro professor, não há aspectos que facilitem suas práticas pedagógicas com as tecnologias digitais, mesmo o programa se propondo a isso. Além disso, o referido docente pontua que os recursos digitais em si se constituem mais como limitadores do que como



potencializadores para o desenvolvimento de suas aulas, fato é que ao ministrar uma aula sobre o processador de texto *Word* não foi possível utilizar os computadores do PROINFO, pois o programa não estava instalado.

Quando o professor cita que utilizou a lousa como recurso para desenvolver uma aula que requer o computador para manipular o programa e compreender as suas ferramentas de formatação, fica perceptível uma descontextualização do conteúdo. Pinheiro (2005, p. 109) discute a contextualização como princípio organizacional do currículo, “[...] ela se faz necessária, uma vez que, comumente, na escola, os conteúdos curriculares são repassados aos alunos de forma abstrata e formulados em graus crescentes de generalizações, o que faz com que o aluno tenha dificuldades em aplicá-los em situações concretas”. Se tratando de um conteúdo que requer uma aula dinâmica e prática, não utilizar o artefato tecnológico fortalece um ensino abstrato e descontextualizado com a vida cotidiana dos estudantes.

Já o segundo professor destaca que o fator facilitador é o acesso à internet, por ser fundamental para a sua atuação. Como o professor atua ministrando aulas no curso técnico em informática, logo, ele considera que o número reduzido de computadores dificulta a aprendizagem dos alunos, tendo em vista que não é possível que cada um utilize o artefato individualmente. Kenski (2007, p. 45) reflete como este e outros fatores precisam estar em convergência para que o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem com as TIC seja bem-sucedido: “a organização do espaço, do tempo, o número de alunos que compõe cada turma e os objetivos do ensino podem trazer mudanças significativas para as maneiras como professores e alunos irão utilizar as tecnologias em suas aulas”.

Em síntese, evidenciamos que há um distanciamento dos professores com os textos oficiais. Com isso, outras capilaridades da política aparecem. Todavia, há um consenso de que o PROINFO é a política que ofertou o laboratório de informática e inseriu os artefatos tecnológicos nas escolas. Mediante os relatos, foi possível apreender a conjuntura do PROINFO no contexto da prática, frente aos sentidos e interpretações de professores que colocam essa política em ação a partir de momentos de tensões, instabilidade e desassistência produzidos pela própria política.



4 Considerações finais

Ao finalizarmos este artigo que teve como objetivo principal analisar como os professores concebem o PROINFO enquanto política educacional no contexto da escola pública, avaliamos que há um conjunto de entraves que tem comprometido a atuação dessa política no contexto da prática. Logo, constatamos que a proposta do PROINFO é definida e associada pelos docentes entrevistados ao laboratório de informática, desconhecendo as garantias, a estrutura, os recursos e as assistências técnicas e formativas descritas em seus documentos oficiais.

Todavia, isso não significa que o PROINFO não tem sido atuado. A relação dos atores com o PROINFO ocorre em meio à criatividade e responsabilidade de professores que acabam mais resolvendo situações embaraçosas impostas pela política. Há entraves que são vivenciados pelos docentes ao proporem um planejamento com o uso das TIC, a saber: a) número insuficiente de computadores em funcionamento nos laboratórios de informática para atender os alunos; b) artefatos desatualizados; e c) acesso à internet limitado e em alguns momentos a conexão não é possível. Observamos ainda a inexistência de profissionais de apoio às escolas como os técnicos do NTE e a ausência de cursos de formação docente voltados ao programa.

Compreendemos que isso reflete, também, no fato de alguns docentes confessarem desconhecer as normativas do PROINFO, mesmo colocando a política em prática. A dispersão da turma, a sobrecarga de trabalho dos docentes, a redução do tempo voltado à aula, entre outros, são algumas das problemáticas que podem aparecer diante da tentativa de buscar soluções para os computadores que não ligam, para a instabilidade de conexão à internet e até mesmo para a energia que não suporta as máquinas. Assim, revelando um afastamento entre o dito e o feito, já que soluções técnicas são uma garantia expressa nos documentos do PROINFO.

Referências

BALL, S. J. What is criticism? A continuing conversation? A Rejoinder to Miriam Henry.

Discourse, Londres, v. 14, n. 2, p. 108-110, 1993.

BALL, S. J. **Education reform**: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisas crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa política educacional. **Currículo sem fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p.10-32, jul./dez. 2006.



BALL, S. J. Entrevista. In: AVELAR, M. Entrevista com Stephen J. Ball: Uma análise de sua contribuição para a Pesquisa em Política Educacional. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v. 24, n. 24, p.1 - 32, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/296631339_Entrevista_com_Stephen_J_Ball_Uma_Analise_de_sua_Contribuicao_para_a_Pesquisa_em_Politica_Educacional. Acesso em: 18 nov. 2020.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Editora UEPG: Ponta Grossa. Paraná, 2016.

BELLONI, M. L. A televisão como ferramenta pedagógica na formação de professores. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 287-301, fevereiro, 2003. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000200007>.

BIELSCHOWSKY, C. E. Tecnologia da informação e comunicação das escolas públicas brasileiras: o programa Proinfo integrado. **Revista e-curriculum** [online], São Paulo, v.5, n.1, p. 1-35, dez. 2009.

BONILLA, M. H. S. **Escola aprendente**: desafios e possibilidades postos na sociedade do conhecimento. 2002. 304f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Gabinete do Ministro. Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997. **Autoriza a criação do Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo**. Diário da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001167.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República, Casa civil. Decreto 6.300/2007. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94218/decreto-6300-07#art-1>. Acesso em: 07 Mar. 2020.

BRASIL. **Cartilha PROINFO Urbano**: Recomendações para a montagem de laboratórios de informática nas escolas urbanas. BRASÍLIA, 2011. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013475.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020.

BRASIL. **Programa Banda Larga nas Escolas** – apresentação. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/15808-programa-banda-larga-nas-escolas>. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. **Proinfo – apresentação**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proinfo>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. **Proinfo Integrado**. Cidade, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/acessibilidade-sp-940674614/271-programas-e-acoes-1921564125/seed-1182001145/13156-proinfo-integrado>. Acesso em: 19 fev. 2020.

ESTEVÃO, R. B.; PASSOS, G. O. O programa nacional de tecnologia educacional (proinfo) no contexto da descentralização da política educacional brasileira. **Holos**, Natal, v. 39, n.1, p. 199-213, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/rober/Downloads/2645-8584-1-PB%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/rober/Downloads/2645-8584-1-PB%20(5).pdf). Acesso em 07 mar. 2020.



KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. 2. Ed. Campinas: Papyrus, 2007.

LOPES, A. C. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 109-118, agosto, 2004.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 12, n. 16, p. 1-24, ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Manual do Sistema de Gestão Tecnológica – SIGETEC**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5775-sigetec-adesao-prefeituras-alterado&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 mar. 2020.

PINHEIRO, N. A. M. **Educação crítico-reflexiva para um ensino médio científico-tecnológico**: a contribuição do enfoque CTS para o ensino-aprendizagem do conhecimento matemático. 2005. 295f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

RODRIGUES, A. Z. **Inclusão digital e educação**: uma avaliação do Proinfo em Sobral/CE. 2017. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SANTAELLA, L. **Comunicação ubíqua**: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013. Coleção comunicação.

TAVARES, N. R. B. **Formação continuada de professores em informática educacional**. 2001. 319f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

VIEIRA, A. M. **Tecnologia e educação no ensino médio**: um estudo da implantação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO). 165f. Dissertação (Mestrado em Educação e Docência) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

Recebido em: 24 de agosto de 2023.

Aceito em: 21 de novembro de 2023.